

NOVIDADES LEGISLATIVAS

Edição de 24 de setembro de 2020



Nesta edição:

- Comissão Mista da Reforma Tributária recebe representantes dos fiscos e do setor socioambiental
- MPE das Zonas de Processamento de Exportações caduca

Comissão Mista da Reforma Tributária recebe representantes dos fiscos e do setor socioambiental

A Comissão Mista da Reforma Tributária realizou hoje audiência pública com representantes dos segmentos "Fisco" e "Socioambiental".

André Lima, coordenador do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), apresentou medidas para que a Reforma Tributária seja sustentável. De acordo com ele, é necessário que o tratamento diferenciado aos processos produtivos de acordo com seu potencial poluidor seja implementado; que haja progressividade socioambiental; o fim dos subsídios a atividades poluidoras.

Entre as propostas apresentadas por André, que implementam esses princípios, podemos citar o IBS-ecológico, que fortaleceria as finanças de municípios com boa governança socioambiental; a criação de um Fundo de Desenvolvimento Sustentável; a transformação da CIDE-combustíveis em uma CIDE-carbono, visando combater a emissão de poluentes; a devolução parcial de tributos a contribuintes que exerçam atividades "verdes" e a vedação de concessão de benefícios e incentivos a atividades intensamente poluentes.

Do segmento "fisco", participaram do debate os presidentes: do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional); da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (UNAFISCO); da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (FENAFISCO); e da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (FENAFIM).

Tom de consenso entre todos os presidentes foi a necessidade de que a Reforma Tributária enfrente a questão da progressividade, tratando não só do consumo, mas também das bases renda e patrimônio.

Sobre a PEC 45, Kleber Cabral, presidente Sindifisco Nacional ressaltou que a Proposta é lastreada no que há de melhor e mais atual em se tratando de Imposto Sobre Valor Agregado. Entretanto, alertou que é preciso aplicá-la a realidade brasileira. O modelo não necessariamente é mais simples para todos. Além disso defendeu uma transição o menor possível e que, no mínimo para os setores de saúde e educação, haja alíquotas diferenciadas de forma que a classe média não seja onerada. Defendeu ainda um IVA-dual.

Célio Fernando de Souza Silva, Presidente da FENAFIM observou que nunca houve tanta convergência para aprovar uma Reforma sobre o consumo e essa oportunidade não deve ser desperdiçada, principalmente pois a pandemia tornou a questão ainda mais premente. Na situação delicada em que a economia se é contra, é preciso, mais do que nunca, de acordo com a FENAFIM, garantir ao investidor maior segurança. Além disso, especificamente sobre as Propostas em tramitação, ressaltou que a distribuição dos recursos deve ser feita de forma direta. A tecnologia não justifica mais que essas sejam feitas por transferências. Citou como as questões mais caras para os municípios os critérios de partilha – produtor x população; a autonomia municipal; a garantia de recursos para execução dos serviços públicos; e a progressividade.

MPE das Zonas de Processamento de Exportações caduca

A Medida Provisória 973, que prevê que, para o ano-calendário de 2020, as pessoas jurídicas autorizadas a operar em Zona de Processamento de Exportação (ZPE) ficam dispensadas de auferir e manter o percentual de 80% de receita bruta total de venda de bens e serviços, decorrente de exportação para o exterior, vai caducar hoje.

Projeto de Lei de Conversão foi aprovado na Câmara dos Deputados na terça-feira, porém, não irá ser apreciada pelo Senado Federal a tempo, uma vez que ela perde sua vigência hoje e não haverá sessão do Plenário da Casa.



Veja mais

Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA:
<https://www5.legisdata.cni.org.br>

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI | Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação técnica: Marcos Borges | Editoração: COAL | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/CCI/GPC | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | www.cni.com.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA